

Em novembro do ano passado, a *Revista de História* lançou uma chamada de artigos com o tema “zonas de contato”. Tratava-se de recolher contribuições de historiadores que estivessem pesquisando sobre as modalidades em que se deram as relações entre diferentes populações nas regiões fronteiriças da expansão da economia-mundo européia, iniciada nos séculos XV e XVI. A variedade destes processos, bem como a sua longa duração, se refletiu na grande quantidade de artigos que nos foram enviados, de maneira que pudemos publicar uma primeira seleção de textos num dossiê dedicado exclusivamente à África e à América (número 155 da *Revista de História*). Uma segunda seleção, apresentada no presente número, provém ainda daquela chamada; a ela, acrescentamos outros artigos que, parece-nos, compartilham ou tangenciam a mesma temática, denotando uma preocupação que domina a historiografia atual.

O artigo que abre este número 156 da *Revista de História* questiona um dos conceitos descritivos deste processo de expansão da economia-mundo capitalista, a “globalização”. Para Mary Louise Pratt, “*este termo carece do que os teóricos chamam de poder explicativo*” na medida em que o movimento de expansão do capitalismo também cria “zonas de exclusão”. Nesse sentido, cabe aos historiadores – e outros cientistas sociais – recuperarem outras percepções sobre o processo de globalização, bem como as práticas que escapam ou reagem a ele.

O artigo de Maria Cristina Bohn Martins aborda criticamente algumas premissas deste processo ao interrogar como uma destas regiões de fronteira – que, de resto, ainda vive sob o signo da expansão do capitalismo –, foi repertoriada pelos primeiros cronistas, entre 1542 e 1641. Repertoriar supõe as operações de seleção, de atribuição de sentido e de classificação daquele espaço e de sua população, a partir de critérios cujo teor e condicionantes constituem o objeto central de seu estudo.

Neste processo de “organização dos saberes”, os missionários ocuparam um lugar de destaque, durante a primeira época moderna, e particularmente os jesuítas.

Nesse sentido, é extremamente interessante a perspectiva adotada por Eliane Cristina Deckmann Fleck, que destaca a singularidade dos sujeitos, autores destes discursos. No caso aqui estudado, a experiência desenvolvida pelos missionários jesuítas nos aldeamentos de índios confrontou-se com as instruções e recomendações emanadas desde Roma no que dizia respeito às estratégias de conversão dos índios à disciplina dos sentidos (ou virtudes). Através de um enfoque instigante e inovador, o estudo das sensibilidades evidencia o entrelaçamento entre ordenações e expectativas, de um lado, e, de outro lado, a experiência efetiva dos missionários: as tensões decorrentes expressam-se nas suas narrativas sobre os aldeamentos de índios, de cuja gestão eles tinham a responsabilidade.

Se este conjunto de artigos nos coloca a questão da expansão da economia-mundo do ponto de vista dos seus agentes europeus, o artigo de Eliane Garcindo de Sá propõe outro viés crítico, ao resgatar o ponto de vista do cronista Felipe Guamán Poma de Ayala sobre este processo. Contudo, sua crônica aproxima-se do discurso dominador espanhol em determinados pontos, compartilhando com ele a condenação de um dos subprodutos da expansão colonial européia, o mestiço. Diante da catástrofe demográfica e cultural que se abateu sobre o mundo andino, Poma de Ayala procurou preservar, ou resgatar o sistema simbólico que dava unidade e identidade cultural aos indígenas. A condenação moral e política sem apelos do que ele denominou como uma “*casta de malditos*” ecoa paradoxalmente a condenação dos espanhóis, os quais concebiam os mestiços como uma população ilegítima que não deveria ter direitos de cidadania.

Os artigos de Eliane Garcindo de Sá, assim como os de Maria Cristina Bohn Martins e Eliane Cristina Deckmann Fleck, suscitam ainda outra questão, que torna o cenário da expansão européia ainda mais complexo: os pontos de vista dos agentes que atuavam nas “zonas de contato” não eram necessariamente coincidentes com o ponto de vista de um dos principais agentes promotores deste movimento, na primeira época moderna, o Estado. Fabrício Lyrio Santos enfoca uma das “células” onde germina a sociedade colonial na América portuguesa, os aldeamentos, para estudar esta diferença de perspectivas: enquanto a Coroa portuguesa não possuía os meios humanos e financeiros para gerenciar autonomamente estes espaços, ela delegou tal responsabilidade aos missionários jesuítas; na segunda metade do século XVIII, contudo, esta aliança de circunstância se rompeu. Quando os aldeamentos indígenas foram transformados em vilas, ficaram evidentes os contrastes e oposições com relação às formas de ocupação do território, de expansão da atividade econômica e do modo de inserção do produto do trabalho dos indígenas na economia-mundo.

A ação do Estado aparece problematizada também no artigo de Sheila McManus, em outro aspecto deste movimento de expansão: a delimitação de fronteiras, isto é, uma outra forma de manifestação deste processo, que reperi-toria, atribui sentido e incorpora as zonas periféricas da economia-mundo. No caso estudado pela autora, a ocupação e povoamento de territórios indígenas por homens brancos se dão, já no final do século XIX, através de iniciativas conduzidas pelos governos do Canadá e dos Estados Unidos, fundamentadas em políticas de raça e de gênero. A rapidez impressionante desta incorporação territorial – realizada em menos de 30 anos – não esconde, contudo, os problemas e percalços enfrentados pelos gestores destas políticas.

No que diz respeito a um desses problemas, as diferentes formas de resistência enfrentadas localmente, encontramos desenvolvimentos muito interessantes no artigo de Wellington Castellucci Júnior, que estuda as políticas de subordinação e controle da população desenvolvidas pelo Estado brasileiro entre 1830 e 1852, através da regulamentação dos castigos dos escravos e do recrutamento forçado para a Guarda Nacional. As formas de resistência desenvolvidas por forros e escravos co-determinaram, afinal, as condições e os modos de sua inserção na sociedade.

Os dois últimos artigos abrem perspectivas comparatistas profícuas, que são exploradas no artigo de Enrico Dal Lago. Num texto extremamente instigante, o autor compara as semelhanças e diferenças entre o patriarcalismo – fundamentado nos princípios da deferência e da obediência – e o paternalismo – baseado no princípio da reciprocidade –, no sul dos Estados Unidos e no *Mezzogiorno* italiano, durante a primeira metade do século XIX. Sem descurar das diferenças patentes relativas a cada contexto, o autor propõe aproximações com relação à objetivação das formas de exploração do trabalho, isto é, com relação ao lugar ocupado respectivamente por escravos e trabalhadores rurais na economia-mundo capitalista.

O artigo de Eduardo Scheidt nos traz, da Itália do século XIX, de volta à América: dois jornalistas imbuídos da ideologia nacionalista mazziniana reformularam suas idéias quando testemunharam os processos de formação dos Estados nacionais na região platina. Ideais que poderiam ser compartilhados, pela aparente semelhança e simultaneidade entre os processos italiano e latino-americanos, revelaram finalmente suas diferenças fundamentais. Como argumenta o autor, em uma “zona de contato”, estes ideais “*passaram por um ativo processo de seleção e adaptação, em virtude das especificidades do contexto histórico*

*local*”. Ou seja, repertoriar, atribuir sentido e incorporar não são procedimentos imunes às influências das determinações locais – o que ecoa uma proposição fundamental contida no artigo de abertura deste número, de Mary Louise Pratt.

Do conjunto destes artigos, depreendemos que a difusão de ideologias hierarquizadoras (principalmente no que diz respeito às formas de exploração do trabalho) ou segregacionistas (no que diz respeito aos direitos civis e políticos), mesmo quando promovida pelo Estado através de um sofisticado aparato jurídico e de propaganda, nem sempre se mostrou plenamente eficaz. Nesse sentido argumenta Plínio Ferreira Guimarães, no seu estudo sobre a percepção que os moradores da Serra do Caparaó tiveram dos guerrilheiros que se instalaram na região, entre 1966 e 1967. Apesar do medo que a propaganda anticomunista do regime militar cultivou entre esta população, diversos aspectos de seu modo de vida tradicional, como a solidariedade derivada do seu isolamento geográfico e a liberdade derivada do acesso às “terras comunais” do alto da serra, levaram estes moradores a encontrarem pontos de identificação com os guerrilheiros... ainda que tardiamente, justamente com o avanço do regime de propriedade privada sobre esta zona de fronteira da economia capitalista, que destruiu seu modo de vida tradicional.

Um ensaio bibliográfico completa este número da *Revista de História*, o qual não deixa de dialogar com as problemáticas desenvolvidas nos artigos. Trata-se do texto de Francisco Roque de Oliveira sobre uma nova edição do *Atlas do marquês de Heliche*. Se a expansão da economia-mundo europeia se processou por meio do estabelecimento de repertórios, da seleção e classificação de espaços e populações, operações estas que normalmente embasaram a elaboração de políticas de ocupação e desenvolvimento econômico de territórios sobre bases propriamente capitalistas, este atlas de 1655 nos conduz de volta à época moderna para recolocar os problemas tratados nos artigos agora publicados pela *Revista de História*. Afinal, trata-se de um atlas, ou repertório das “*regiões problemáticas*” da monarquia hispânica. E as coisas aqui vão de par: “*a indigência em que ia caindo a cartografia espanhola funcionava, antes do mais, como agente da própria decadência da monarquia*”, o que nos indica a passagem de um ciclo de expansão para outro, conforme podemos acompanhar através da leitura do conjunto dos artigos aqui publicados.

Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron  
Editor da *Revista de História*